



# Demonstrações Contábeis

Sicoob **Central ES** | 1º Semestre **2022**

Cooperativa Central de Crédito do ES | 32.428.294/0001-43



**SICOOB**

# RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do primeiro semestre de 2022 da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES ([www.sicoobes.com.br](http://www.sicoobes.com.br)).

## 1. Política Operacional

Em 2022, o Sicoob Central ES completa 33 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para organizar o sistema estadual, desenvolvendo suas principais atividades que são: controle da liquidez, auditoria interna e controles internos, desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos, controladoria contábil e fiscal e ações coordenadas de marketing, bem como o fomento de mercado, através dos produtos e serviços disponibilizados aos associados. Atua como o alicerce de suas Singulares para a obtenção de escala nas operações, conseqüentemente, redução de custos e resultados financeiros que garantem a expansão do sistema. O Sicoob Central ES não objetiva prioritariamente o alcance de resultados positivos, sendo seu orçamento custeado por suas Filiadas.

Sempre voltada ao desempenho do sistema estadual, o plano de metas e o gerenciamento da eficiência administrativa, desenvolvidos e coordenados pelo Sicoob Central ES, impulsiona as Singulares na obtenção dos resultados projetados.

O Sicoob Central ES auxilia os Conselhos de Administração das Singulares no estabelecimento de estratégias para o fortalecimento do movimento cooperativo de crédito no Espírito Santo e demais Estados com atuação.

Em atendimento à Resolução BCB nº 54 de 16/12/2020, informamos que o Relatório de Pilar 3 está disponível no seguinte endereço: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobes/relatorios>.

### 1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No exercício de 2021, o mercado apresentou uma melhora em função do avanço da vacinação e a queda da quantidade de óbitos.

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

#### 1.1.1 Aplicativo Sicoob

O aplicativo Sicoob reúne diversas soluções financeiras e de compras, ofertando ao associado uma melhor experiência como associação digital, simulação e contratação de crédito, seguros, recarga de celular, meios de pagamentos e transferências eletrônicas (TED, DOC, Pix, Boletão), depósito de cheque online, consultas de saldos e extratos, investimentos, débito automático, gestão de cartões, configuração de limites personalizados, depósitos de cheques, saques sem cartão, contrato de produtos digitais, dentre outros.

Além do autoatendimento dos produtos e serviços via app Sicoob, também oferecemos atendimento personalizado no chat do app e no Whatsapp 61 4000-1111, a partir de nossa assistente virtual Alice ou diretamente com nossos funcionários, fornecendo assim uma maior comodidade e segurança ao associado.

Também disponibilizamos em nosso site [www.sicoob.com.br/sicoobnet](http://www.sicoob.com.br/sicoobnet) a possibilidade de utilizar as mesmas funcionalidades do app a partir do computador.

Visando um engajamento corporativo destinado exclusivamente aos cooperados da instituição, o Sicoob criou o app Sicoob Moob. Este app reúne diversas funcionalidades úteis e inovadoras como divulgação de eventos, assembleias e eleições das cooperativas, confirmação de presença e acesso aos convites. Além des-

tas funcionalidades, possibilitamos a oferta de propostas e negociação de bens das cooperativas do Sicoob ES em nossa Comunidade de Negócios, contendo fotos e informações dos produtos, negociação de valores e esclarecimentos.

### 1.1.2 Novas Linhas de Crédito

Em 2021 foi iniciado Produto Parceiro Mais que tem por objetivo disponibilizar uma solução de financiamento de bens e serviços para os lojistas que queiram se cadastrar e assim ofertarem esta opção de crédito para seus clientes, visando facilitar o acesso ao crédito para a população e impulsionando o mercado da região.

Outra ação desenvolvida em 2021, foi o aumento da carteira de Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), que se trata do programa do Governo Federal que tem como finalidade o desenvolvimento do Micro e Pequeno empresário. Este crédito pode ser utilizado para investimentos e capital de giro isolado ou associado ao investimento, isso significa que os recursos obtidos podem ser utilizados para investimento no negócio e/ou para despesa operacionais alavancando desta forma o mercado local. Destas operações liberadas, o Sicoob ES poderá requerer em garantia do Fundo Garantidor de Operação – FGO, regido pela Lei 12.087 de 2009, em 100% do valor de cada operação em garantia.

Por fim, em dezembro de 2021 foi iniciado o Projeto Água Limpa + Saúde que consiste no acordo de cooperação entre SICOOB ES e Empresas Parceiras, com o objetivo de promover, divulgar e incentivar que produtores rurais do Espírito Santo, adotem em suas propriedades o tratamento adequado do esgoto sanitário doméstico através da instalação de biodigestor. O Sicoob participa do projeto disponibilizando o financiamento a baixo custo (taxa de 0,99 a.m) e concedendo um bônus de adimplência de 100% dos juros da parcela paga de forma adimplente.

No primeiro semestre de 2022, foi implementado o “Customer Experience”, conjunto de percepções e métricas para atribuição de limites automáticos com base no histórico do associado junto ao Sicoob. Esta ferramenta busca melhorar a experiência e a satisfação do associado, com adequado limite de crédito disponibilizado e sem deixar de se preocupar com o risco de inadimplência.

### 1.1.3 Crescimento

No primeiro semestre de 2022 os números combinados das Cooperativas do Sistema Sicoob ES atingiram um total de ativo de R\$ 14,2 bilhões, um crescimento de 27,49% comparado com o mesmo período de 2021. Esse aumento também refletiu nos demais números do semestre, como por exemplo, a carteira de crédito que aumentou 34,43% comparada a 2021 atingindo R\$ 8,9 bilhões. Os depósitos totais também cresceram 27,56%, alcançando R\$ 9,9 bilhões do primeiro semestre de 2022.

Com relação ao resultado combinado do primeiro semestre de 2022, as cooperativas alcançaram a marca de 403 milhões em sobras brutas, esse valor resultou no expressivo crescimento de 64,12% comparado ao resultado de 2021. O total de provisão de Juros sobre Capital Próprio atingiu o montante de R\$ 65 milhões, 375% superior ao remunerado em 2021.

Todos os números citados acima resultaram em R\$ 338 milhões de Sobras Líquidas, o que representa um crescimento de 45,68% quando comparado a 2021.

## 2. Nosso Desempenho

### 2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Varição
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	19.926	3.676	442,06
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15	68	(77,94)
Receitas com Ato Não Cooperativo	518	670	(22,69)
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	23.819	11.411	108,74
Despesas Tributárias	(83)	(137)	(39,42)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	17.910	15.617	14,68
Sobras Brutas	13.544	7.826	73,06

Destaques contribuíram para compor as sobras do primeiro semestre de 2022:

No primeiro semestre de 2022 o Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa aumentou 442,06% comparado com mesmo período de 2021.

A sobra Bruta também apresentou um crescimento de 73,06% em relação ao mesmo período de 2021.

## 2.2) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	
Ativos Totais	5.189.159	4.395.045	18,07
Aplicações Financeiras de Liquidez	2.259.054	2.366.526	(4,54)
Títulos e Valores Mobiliários	2.563.822	1.684.841	52,17
Centralização Financeira – Cooperativas Filiadas	4.518.395	3.910.778	15,54
Patrimônio Líquido	307.935	232.372	32,52
Patrimônio de Referência (PR)	239.209	177.443	34,81

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no primeiro semestre de 2022:

O total de ativos atingiu a marca de R\$ 5.189.159 mil ao final do primeiro semestre de 2022, com crescimento de 18,07% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para as Cooperativas filiadas e seus associados.

Em 30 de junho de 2022 o saldo de Títulos e Valores Mobiliários, atingiu R\$ 2.563.822 mil, com crescimento de 52,17% em relação a 30 de junho de 2021.

A centralização Financeira das Cooperativas filiadas superou a marca de R\$ 4,5 bilhões de ativos, no primeiro semestre de 2022 com o valor de R\$ 4.518.395 mil, com crescimento de 15,54% se comparado com 2021.

O patrimônio líquido aumentou 32,52% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 307.935 mil ao final do primeiro semestre.

### 2.3.1) Carteira de crédito por produto

Recursos repassado as Cooperativas Filiadas	30/06/2022	30/06/2021	Variação	
	Total	Total	Valor Total	% Total
Repasse interfinanceiros – Crédito Rural	116.252	118.645	(2.393)	(2,02)
Empréstimos – Rotativo	106.316	106.316	-	-
<b>Total</b>	<b>222.568</b>	<b>224.961</b>	<b>(2.393)</b>	<b>(1,06)</b>

## 3. Cooperativas Singulares do Sicoob Central ES

As Cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES são: Sicoob Sul Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Leste Capixaba, Sicoob Coopermais, Sicoob Norte, Sicoob Sul Serrano e Sicoob Credirochas.

Cooperativas Singulares	30/06/2022			30/06/2021			Variação %		
	Ativo Total	Pa- trimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Pa- trimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Pa- trimônio Líquido	Sobras Brutas
Sicoob Sul Litorâneo	737.496	148.821	20.366	605.008	126.915	13.265	21,90	17,26	53,53
Sicoob Sul	2.272.658	495.254	60.980	1.846.728	409.969	33.130	23,06	20,80	84,06
Sicoob Leste Capixaba	3.712.241	773.276	111.561	2.880.112	615.866	64.501	28,89	25,56	72,96
Sicoob Coopermais	1.729.217	300.246	43.708	1.327.172	242.321	28.856	30,29	23,90	51,47
Sicoob Norte	1.524.697	311.327	49.341	1.164.918	241.935	29.771	30,88	28,68	65,74
Sicoob Sul Serrano	2.755.601	560.099	64.295	2.216.615	468.603	46.401	24,32	19,53	38,56
Sicoob Credirochas	1.324.024	185.178	24.969	1.043.459	152.828	16.935	26,89	21,17	47,44
<b>Total</b>	<b>14.055.934</b>	<b>2.774.201</b>	<b>375.220</b>	<b>11.084.012</b>	<b>2.258.437</b>	<b>232.859</b>	<b>26,81</b>	<b>22,84</b>	<b>61,14</b>

Os destaques para o crescimento das Cooperativas Singulares no primeiro semestre de 2022 são:

Ocorreu um aumento de 26,81% do total dos ativos das Cooperativas Singulares alcançando no final do primeiro semestre o montante de R\$ 14.055.934 mil. Superando a marca de 14 bilhões de ativos, demonstrando o crescimento do Sicoob ES com seus associados.

O Patrimônio Líquido teve um crescimento de 22,84% comparado a 2021, atingindo o montante de R\$ 2.774.201 mil.

As Sobras do primeiro semestre de 2022 do Sistema Sicoob ES atingiram um total de R\$ 375.220 mil, um aumento de 61,14% comparado ao mesmo período de 2021.

#### **4. Pessoas**

Contávamos com 135 colaboradores no primeiro semestre de 2022. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 8.345 mil.

#### **5. Política de Crédito**

O Sicoob Central ES adota o sistema de garantias recíprocas entre as Filiadas, valendo-se do limite de exposição por cliente previsto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.434/15, nas concessões de crédito e garantias. A política de classificação de crédito de sua carteira está de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

#### **6. Governança Corporativa**

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos dirigentes da Cooperativa Central definirem e assegurarem a execução dos objetivos do Sistema Sicoob ES, contribuindo para a sua continuidade e fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Nesse sentido, a administração do Sicoob Central ES tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão do Sicoob Central ES está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabe à Diretoria as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento da Diretoria, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento da Diretoria, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

#### **7. Conselho Fiscal**

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

#### **8. Código de Ética**

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

#### **9. Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa Central e na nossa Administração.

Vitória – ES, 27 de julho de 2022

**Diretoria.**

# BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30/06/2022 e de 31/12/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	Notas	30/06/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>		<b>5.189.159</b>	<b>4.702.652</b>
DISPONIBILIDADES	4.	5.433	5
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>5.046.701</b>	<b>4.575.340</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	2.259.054	2.757.501
Títulos e Valores Mobiliários	6.	2.563.822	1.574.182
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>116.252</b>	<b>136.090</b>
Repasses Interfinanceiros	7.	116.252	136.090
Operações de Crédito	8.	106.316	106.316
<b>Outros Ativos Financeiros</b>	<b>9.</b>	<b>1.257</b>	<b>1.251</b>
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(1.004)</b>	<b>(1.018)</b>
(-) Operações de Crédito	8.	(423)	(338)
(-) Outras	7.	(581)	(680)
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>	<b>10.</b>	<b>450</b>	<b>581</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>11.</b>	<b>4.872</b>	<b>4.069</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>12.</b>	<b>114.814</b>	<b>105.876</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>13.</b>	<b>24.825</b>	<b>24.185</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>13.</b>	<b>1.211</b>	<b>1.244</b>
<b>(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>13.</b>	<b>(8.143)</b>	<b>(7.630)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.189.159</b>	<b>4.702.652</b>

# BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30/06/2022 e de 31/12/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	Notas	30/06/2022	31/12/2021
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.189.159</b>	<b>4.702.652</b>
<b>DEPÓSITOS</b>		<b>169</b>	<b>160</b>
Depósitos à Prazo	14.	169	160
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.633.578	4.258.254
Relações Interfinanceiras	15.	4.518.395	4.097.137
Centralização Financeira - Cooperativas		4.518.395	4.097.137
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16.	115.088	161.009
Outros Passivos Financeiros	17.	95	108
<b>PROVISÕES</b>	<b>18.</b>	<b>1.176</b>	<b>1.158</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS</b>	<b>19.</b>	<b>530</b>	<b>583</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>20.</b>	<b>245.771</b>	<b>203.075</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>307.935</b>	<b>239.422</b>
CAPITAL SOCIAL	22.	258.854	193.753
RESERVAS DE SOBRAS		36.321	36.321
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	22.c)	(784)	(1.117)
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		13.544	10.465
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.189.159</b>	<b>4.702.652</b>

# DEMONSTRAÇÕES DAS SOBRAS OU PERDAS

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	Notas	30/06/2022	30/06/2021
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>247.619</b>	<b>58.517</b>
Operações de Crédito	24.	9.767	4.847
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	25.	125.324	30.433
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	26.	112.528	23.237
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(227.678)</b>	<b>(54.773)</b>
Operações de Captação no Mercado	14.a)	(9)	(13)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.a)	(3.779)	(3.138)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	15.a)	(223.905)	(51.690)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	27.	15	68
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>19.941</b>	<b>3.744</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(5.547)</b>	<b>4.709</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	28.	444	640
Dispêndios e Despesas de Pessoal	29.	(8.345)	(6.080)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	30.	(5.274)	(3.653)
Dispêndios e Despesas Tributárias	31.	(83)	(137)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	32.	8.703	6.157
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	33.	9.208	9.460
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	34.	(10.200)	(1.678)
<b>PROVISÕES</b>	<b>35.</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>
Provisões/Reversões para Contingências	36.	(1)	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>14.393</b>	<b>8.453</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>		<b>21</b>	<b>(35)</b>
Rendas de Aluguel		12	12
Outras Rendas Não Operacionais		10	-
(-) Perdas de Capital		(1)	(47)
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>14.414</b>	<b>8.418</b>
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	20.(I)	(870)	(592)
<b>SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS</b>		<b>13.544</b>	<b>7.826</b>



# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

DRA	30/06/2022	30/06/2021
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>	<b>13.544</b>	<b>7.826</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b> Ajuste de avaliação patrimonial investimentos em coligadas e controladas	<b>333</b>	<b>(2.226)</b>
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>13.877</b>	<b>5.600</b>

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

EVENTOS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>182.724</b>	<b>35.090</b>	-	<b>8.958</b>	<b>226.773</b>
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					-
Distribuição de sobras para associados	8.958	-	-	(8.958)	-
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	7.826	7.826
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	(2.226)	-	(2.226)
<b>Saldos em 30/06/2021</b>	<b>191.682</b>	<b>35.090</b>	<b>(2.226)</b>	<b>7.826</b>	<b>232.372</b>
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>193.753</b>	<b>36.321</b>	<b>(1.117)</b>	<b>10.465</b>	<b>239.422</b>
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					-
Distribuição de sobras para associados	10.465	-	-	(10.465)	-
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição/Realização	54.636	-	-	-	54.636
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	13.544	13.544
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	333	-	333
<b>Saldos em 30/06/2022</b>	<b>258.854</b>	<b>36.321</b>	<b>(784)</b>	<b>13.544</b>	<b>307.935</b>

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	30/06/2022	30/06/2021
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>14.414</b>	<b>8.418</b>
Distribuição de Sobras e Dividendos	(2)	(2)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(8.703)	(6.157)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(15)	(68)
Provisões/Reversões para Contingências	1	-
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	-	2
Depreciações e Amortizações	602	539
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>	<b>6.297</b>	<b>2.732</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.669.372	174.304
Títulos e Valores Mobiliários	(953.826)	(133.804)
Relações Interfinanceiras	19.937	(8.560)
Outros Ativos Financeiros	(105)	(97)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	131	(180)
Outros Ativos	(804)	(391)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>		
Depósitos à Prazo	9	(392)
Relações Interfinanceiras	421.258	235.292
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(45.921)	(36.440)
Outros Passivos Financeiros	(13)	208
Provisões	18	4
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(53)	(69)
Outros Passivos	41.826	18.536
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.158.126</b>	<b>251.143</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Distribuição de Dividendos	2	2
Aquisição de Intangível	-	(36)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(696)	(483)
Aquisição de Investimentos	98	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS</b>	<b>(596)</b>	<b>(517)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Aumento por novos aportes de Capital	54.636	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS</b>	<b>54.636</b>	<b>-</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1.212.166</b>	<b>250.626</b>
<b>Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período</b>	<b>939.417</b>	<b>1.157.900</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período</b>	<b>2.151.583</b>	<b>1.408.526</b>
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.212.166</b>	<b>250.626</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de junho de 2022 | Em milhares de R\$

## 1. Contexto operacional

A **Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - Sicoob Central ES** (“Sicoob Central ES” ou “Cooperativa”), é uma cooperativa central de crédito, instituição financeira não bancária, fundada em 06 de junho de 1989 componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Central ES tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços. Cabe ainda ao Sicoob Central ES a coordenação das ações das cooperativas integrantes do sistema Sicoob no Espírito Santo.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 27 de julho de 2022.

### 1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 28 de setembro de 2021 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 27/07/2022.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

### 2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

#### a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores, mas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

**Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020:** a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

**Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020:** a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

**Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020:** a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

**Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021:** a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

**Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021:** a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações contábeis;
- ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
  - a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
  - b) mensurar os passivos:
    - b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
    - b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

**Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano para a implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, segue até 31/12/2022, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional.

#### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

No intuito de consolidar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor em 1º/7/2022:

- i) Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável;
- ii) Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente;
- iii) Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa;
- iv) Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível;
- v) Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido;
- vi) Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor;
- vii) Instrução Normativa nº 274, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor;
- viii) Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

**Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022:** a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros. Entra em vigor em 1º de março de 2023.

**Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## **2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **(a) Apuração das sobras ou perdas**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### **(b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

#### **(c) Caixa e equivalentes de caixa**

Composto pelas disponibilidades, pelas Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

#### **(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **(e) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

#### **(f) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

#### **(g) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros prefixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **(h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

#### **(i) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como

polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

**(j) Investimentos**

Representados substancialmente por ações do BANCO SICCOB, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do BANCO SICCOB.

**(k) Imobilizado de uso**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução BCB nº 4.535/2016, a depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**(l) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem, por exemplo: direito de uso de softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada ou pelo contrato de licença.

**(m) Ativos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

**(n) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

**(o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

**(p) Outros ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

**(q) Outros passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**(r) Provisões**

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**(s) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**(t) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa tem por diretriz.

**(u) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no *caput* do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no *caput* do art. 193 do mesmo Decreto.

**(v) Segregação em circulante e não circulante**

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).



**(w) Valor recuperável de ativos – impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2022** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**(x) COVID19 nas demonstrações Contábeis**

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 30/06/2022 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

**(y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

**(z) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2022**.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Corresponde à saldo em caixa e depósitos bancários e Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
<b>Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários</b>	5.433	5
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob	5.432	3
Banco Bradesco	1	2
<b>Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias</b>	2.146.150	939.412
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.172.927	2.002
Títulos e Valores Mobiliários	973.223	937.410
<b>Total</b>	<b>2.151.583</b>	<b>939.417</b>

**5. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Banco Sicoob, bem como àqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

**(i) Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:**

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	30/06/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		<b>1.809.222</b>	<b>2.584.236</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias</b>		<b>1.172.927</b>	<b>2.002</b>
LFT	98% CDI	1.000.955	-
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	-	257
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	98% CDI	3	3
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	5.122	1.742
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	102% CDI	7.254	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	103% CDI	42.425	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	108% CDI	117.168	-
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias</b>		<b>636.295</b>	<b>2.582.234</b>
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	98% CDI	-	188
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	416.606	2.410.130
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	102% CDI	197.439	-



<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>Índice</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	103% CDI	-	40.187
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	107% CDI	22.250	21.033
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	108% CDI	-	110.696
<b>Não circulante</b>		<b>449.832</b>	<b>173.265</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>		<b>449.832</b>	<b>173.265</b>
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	449.832	173.265
<b>Total Geral</b>		<b>2.259.054</b>	<b>2.757.501</b>

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Banco Sicoob como contrapartida aos créditos concedidos.

(ii) **Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:**

Depósitos Interfinanceiros			
<b>Vencimento</b>		<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Até 1 mês		1.043.381	1.741
De 1 a 3 meses		129.546	261
De 3 a 6 meses		241.283	10.949
De 6 a 12 meses		395.012	2.571.285
<b>Total circulante</b>		<b>1.809.222</b>	<b>2.584.236</b>
De 1 a 2 anos		333.909	138.562
De 2 a 3 anos		4.578	330
<b>Total não circulante</b>		<b>449.832</b>	<b>173.265</b>
<b>Total Geral</b>		<b>2.259.054</b>	<b>2.757.501</b>

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

## 6. Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

(i) **Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:**

<b>Títulos e Valores mobiliários</b>	<b>Índice</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.032.874</b>	<b>1.231.583</b>
<b>Títulos e Valores mobiliários até 90 dias</b>		<b>973.223</b>	<b>937.410</b>
<b>Títulos para negociação – carteira própria</b>		<b>890.278</b>	<b>831.102</b>
Fundo de centralização	Pós Fixado	249.298	240.610
Fundo Institucional	Pós Fixado	640.980	590.492
<b>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</b>		<b>82.945</b>	<b>100.141</b>
LFT – Administrado	SELIC	343	-
LF – Outros Bancos(b)		82.602	100.141
<b>Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias</b>		<b>-</b>	<b>6.167</b>
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	-	6.167
<b>Títulos e Valores mobiliários de 90 a 360 dias</b>		<b>59.651</b>	<b>294.173</b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</b>		<b>59.651</b>	<b>280.077</b>
LFT - Administrado	SELIC	22.030	128.607
LFTM – Administrado	SELIC	3.788	3.561
LF – Outros Bancos(b)	CDI	33.833	147.909
<b>Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias</b>		<b>-</b>	<b>14.096</b>
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	-	14.096
<b>Não circulante</b>		<b>1.530.948</b>	<b>342.599</b>

<b>Títulos e Valores mobiliários</b>	<b>Índice</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Títulos para negociação – carteira própria</b>		<b>20.272</b>	<b>24.326</b>
Cotas de Fundo Imobiliário		20.272	24.326
<b>Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria</b>		<b>1.510.676</b>	<b>318.273</b>
LFTM – Administrado	SELIC	127.023	120.502
LFT – Administrado	SELIC	861.549	135.668
Debêntures	CDI	30.815	30.507
LF – Outros Bancos (b)	CDI	491.289	31.596
<b>Total Geral</b>		<b>2.563.822</b>	<b>1.574.182</b>

(a) Refere-se a garantia prestada ao Ministério da Agricultura nas operações de repasse relacionadas na Nota 16. Com o objetivo de obter novos recursos o saldo de garantia excedente não foi liquidado no encerramento do primeiro semestre de 2022.

(b) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

**(ii) Classificação de títulos e valores mobiliários por vencimento:**

<b>Vencimento</b>	<b>30/06/2022</b>			<b>31/12/2021</b>		
	<b>Carteira própria</b>	<b>Vinculado à prest. de garantias</b>	<b>Total</b>	<b>Carteira própria</b>	<b>Vinculado à prest. de garantias</b>	<b>Total</b>
Sem vencimento	890.278	-	890.278	831.102	-	831.102
Até 1 mês	53.604	-	53.604	-	-	-
De 1 a 3 meses	29.341	-	29.341	100.141	6.167	106.308
De 3 a 6 meses	-	-	-	69.771	-	69.771
De 6 a 12 meses	59.651	-	59.651	210.306	14.096	224.402
<b>Total circulante</b>	<b>1.032.874</b>	<b>-</b>	<b>1.032.874</b>	<b>1.211.320</b>	<b>20.263</b>	<b>1.231.583</b>
Sem vencimento	20.272	-	20.272	24.326	-	24.326
De 1 a 2 anos	619.141	-	619.141	56.875	-	56.875
De 2 a 3 anos	-	-	-	120.502	-	120.502
Acima de 3 anos	891.535	-	891.535	140.896	-	140.896
<b>Total não circulante</b>	<b>1.530.948</b>	<b>-</b>	<b>1.530.948</b>	<b>342.599</b>	<b>-</b>	<b>342.599</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2.563.822</b>	<b>-</b>	<b>2.563.822</b>	<b>1.553.919</b>	<b>20.263</b>	<b>1.574.182</b>

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

**7. Relações interfinanceiras**

Trata-se de recurso do Funcafé contratado com o Ministério da Agricultura, conforme previsto na Lei Complementar nº 130/09, repassado as Cooperativas Filiadas, nas mesmas condições contratuais, objetivando financiar as atividades de seus associados. As garantias oferecidas são Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas.

**(a) Composição do saldo por vencimento e nível de risco:**

				<b>Provisão</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Valor líquido</b>
<b>Vencimento</b>	<b>Risco</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>Percentual</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Curto Prazo	A	105.385	0,5%	(527)	104.858	124.376
		105.385		(527)	104.858	124.376

				<b>Provisão</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Valor líquido</b>
<b>Vencimento</b>	<b>Risco</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>Percentual</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Longo Prazo	A	10.867	0,5%	(54)	10.813	11.034
		10.867		(54)	10.813	11.034
<b>Total Geral</b>		<b>116.252</b>		<b>(581)</b>	<b>115.671</b>	<b>135.410</b>

**8. Operações de crédito**

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

**Composição da carteira de crédito por nível de risco:**

				Provisão	Valor líquido	Valor líquido
Vencimento	Risco	30/06/2022	Percentual	30/06/2022	30/06/2022	31/12/2021
Curto Prazo	AA	21.781	0,0%	-	21.781	38.681
	A	84.535	0,5%	(423)	84.112	67.297
		106.316		(423)	105.893	105.978

Todas as operações de crédito referem-se ao setor de Pessoa Jurídica, com cooperativas filiadas e com prazo de vencimento até um ano.

**9. Outros Ativos Financeiros**

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

9.1 Descrição – Curto Prazo	30/06/2022	31/12/2021
<b>Rendas a Receber</b>	<b>26</b>	<b>39</b>
Rendas a Receber Seguro	5	12
Outras Rendas a Receber	21	27

9.2 Descrição – Longo Prazo	30/06/2022	31/12/2021
<b>Devedores por Depósito e Garantia (a)</b>	<b>1.231</b>	<b>1.212</b>
Pis – Deposito Judicial	172	169
Cofins – Deposito Judicial	850	835
Outros Fiscais	86	85
Outros	123	123
<b>Total Geral</b>	<b>1.257</b>	<b>1.251</b>

(a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 18.

**10. Ativos Fiscais Correntes e Diferidos**

Valores referentes Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Negativo de IRPJ - Exercícios Anteriores	339	508
Saldo Negativo de CSLL - Exercícios Anteriores	50	69
IRRF sobre Comissões - Intermediação Financeira	2	-
Contribuição Social Antecipações	13	-
IRPJ – Antecipações	16	-
IR Retidos	26	-
Valores a Restituir – PERDCOMP	3	4
Valores a Restituir – PERDCOMP – Longo Prazo	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>450</b>	<b>581</b>

**11. Outros Ativos**

11.1 Descrição – Curto Prazo	30/06/2022	31/12/2021
<b>Diversos</b>	<b>3.157</b>	<b>2.741</b>
Antecipação Salariais	295	104
Adiantamentos Diversos	23	28
Pagamentos a Ressarcir	1.031	414
Devedores Diversos – País	1.808	2.195
Plano de Saúde a Receber	10	6
Cooperativas Filiadas (a)	1.798	2.189
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>740</b>	<b>353</b>
Material em Estoque	191	200
Despesa Antecipada	549	153
<b>Total</b>	<b>3.897</b>	<b>3.094</b>

<b>11.2 Descrição – Longo Prazo</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>975</b>	<b>975</b>
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Próprios	2.032	2.032
Instalações, Moveis e Equipamentos (b)	975	975
Imóveis (c)	1.057	1.057
<b>(-) Prov. Dev. Ativos Não Financ Mant. Para Venda – Próprio (d)</b>	<b>(1.057)</b>	<b>(1.057)</b>
(-) Imóveis	(1.057)	(1.057)
<b>Total</b>	<b>975</b>	<b>975</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.872</b>	<b>4.069</b>

(a) Cooperativas Filiadas - são os valores que o Sicoob Central ES tem a receber das Cooperativas filiadas, referente ao rateio mensal das despesas da central.

(b) Referente a duas unidades da usina fotovoltaica destinado a gerar energia limpa e renovável e não estando sujeito à depreciação e que não se encontram em uso pelo Sicoob Central ES.

(c) Referente ao imóvel da antiga sede que não está em uso e está disponível para venda, não estando sujeito à depreciação.

(d) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens

## 12. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCO SICOOB.

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Participações Inst Financ Controlada Cooperativa de Crédito – Banco Sicoob (a)	99.148	90.568
Sicoob Confederação	13.240	13.240
Participações empr. controlada coop central crédito	2.426	2.068
<b>Total</b>	<b>114.814</b>	<b>105.876</b>

(a) A participação junto ao Banco Sicoob, gerou em no primeiro semestre de 2022, com o resultado de equivalência patrimonial, o resultado no montante de R\$ 8.345 mil (No mesmo período em 2021 – R\$ 6.084mil referente equivalência).

## 13. Imobilizado de uso e intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Taxa Depreciação</b>
Imobilizado em Curso (a)	98	76	
Terrenos	2.839	2.838	
Edificações	14.309	14.289	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(4.818)	(4.532)	
Instalações	4.285	4.274	10%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(578)	(485)	
Mobiliários	1.248	1.110	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(828)	(779)	
Máquinas	124	118	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(91)	(86)	
Aparelhos de Refrigeração	34	34	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(17)	(16)	
Equipamentos de Processamento de Dados	1.295	1.026	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(662)	(638)	
Alarme	22	12	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(5)	(5)	
Armas e Equipamentos	44	44	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(36)	(34)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	268	121	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(21)	(10)	
Equipamentos de Comunicação	117	101	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(72)	(65)	

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	Taxa Depreciação
Veículos	142	142	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(142)	(136)	
<b>Intangível (b)</b>	<b>338</b>	<b>400</b>	
Software e Direito de Uso	1.211	1.244	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(873)	(844)	
<b>Total Imobilizado de Uso</b>	<b>24.825</b>	<b>24.185</b>	
<b>Total Intangível</b>	<b>1.211</b>	<b>1.244</b>	
<b>TOTAL DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(8.143)</b>	<b>(7.630)</b>	

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.
- (b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no primeiro semestre de 2022 foi de R\$ 602 mil (no primeiro semestre 2021 – R\$ 539 mil).

#### 14. Depósitos

Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados. Foi assinado acordo de compensação envolvendo as cooperativas filiadas e o Banco Sicoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural, com rendimentos entre 98% a 101% do CDI. Os valores depositados no Sicoob Central ES possuem aplicação correspondente no Banco Sicoob, lastreando o acordo. O resgate ocorre de acordo com a movimentação do crédito rural.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Depósito a prazo - Circulante	169	160
<b>Total</b>	<b>169</b>	<b>160</b>

a) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(9)	(13)
<b>Total</b>	<b>(9)</b>	<b>(13)</b>

#### 15. Centralização financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos das cooperativas singulares filiadas do Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração mais vantajosa. Mensalmente o resultado destas aplicações é creditado para as singulares. A Centralização Financeira apresenta, em 30 de junho de 2022, um montante de R\$ 4.518.395 e em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 4.097.137.

As receitas produzidas a partir dessas disponibilizados somaram em 30/06/2022 R\$ 237.852 (30/06/2021 – R\$ 53.670) representadas na demonstração de sobras ou perdas como “Rendas de aplicações Interfinanceiras de Liquidez” e “Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil e Instrumentos Financeiros”.

a) Despesas correspondente a remuneração da Centralização Financeira para as cooperativas filiadas:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(223.905)	(51.690)
<b>Total</b>	<b>(223.905)</b>	<b>(51.690)</b>

#### 16. Obrigações por repasse do país – Instituições Oficiais

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

Instituições	Modalidade	Taxa	Curto prazo	Longo prazo	30/06/2022	31/12/2021
MAPA	Funcafé	Diversos	104.229	10.859	115.088	160.835
BRDESCO	Repasse	Diversos	-	-	-	174
<b>Total</b>					<b>115.088</b>	<b>161.009</b>

a) Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa conforme descrita em “Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses”.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de repasse - Funcafé repassado	(3.779)	(3.131)
Despesas de repasse - outros	-	(7)
<b>Total</b>	<b>(3.779)</b>	<b>(3.138)</b>

#### 17. Outros Passivos Financeiros

Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Fornecedores	95	108
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>108</b>

#### 18. Provisões

As provisões são as Contingências Judiciais de ações da cooperativa:

Provisão para Contingência	30/06/2022	31/12/2021
Pis (I)	172	169
Cofins (I)	850	835
Cíveis (II)	154	154
<b>Total</b>	<b>1.176</b>	<b>1.158</b>

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a Cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

- I. O Sicoob Central ES está questionando judicialmente o alcance das contribuições do PIS e da COFINS sobre as receitas provenientes do ato cooperativo no período de novembro de 1999 a dezembro de 2004, instituídas pela Medida Provisória nº 1.858 e reedições, sendo que os valores em discussão estão devidamente provisionados e depositados em juízo. Os valores foram atualizados até junho de 2022 pela taxa SELIC.
- II. Provisão de passivos de contingência realizadas conforme os relatórios dos Assessores jurídicos.

#### 19. Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Imposto e contribuições s/ lucros a pagar	6	-
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	78	89
Imposto e contribuições s/ salários	443	484
Outros	3	10
<b>Total</b>	<b>530</b>	<b>583</b>

#### 20. Outros Passivos

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
<b>Sociais e Estatutárias</b>	<b>4.753</b>	<b>5.701</b>
Provisão para Participações nas Sobras (I)	827	1.274
Fundo de assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (II)	3.280	3.952
Gratificações e Participações a Pagar	646	475
<b>Provisão para Pagamentos a Efetuar</b>	<b>50.080</b>	<b>31.156</b>
Despesa de Pessoal	1.733	1.017
Água/Energia/Gás	9	15
Aluguéis	3	2
Comunicações	3	7
Propaganda e Publicidade	425	362
Promoções e Relações Públicas	-	1
Segurança e Vigilância	-	1
Manutenção e Conservação de Bens	3	20
Plano de Saúde	9	5

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Compensado	62	60
Seguros a Recolher	3	3
Outras Despesas Administrativas	79	55
Provisão Pagamento Administração Financeira (III)	47.751	29.608
<b>Credores Diversos – País</b>	<b>190.938</b>	<b>166.218</b>
Pagamentos a Processar	-	1
Fundo SISOL (IV)	3.147	3.216
Fundo FEFS (V)	187.656	162.861
Faturas Sicoobcard	23	73
Outros	112	67
<b>Total</b>	<b>245.771</b>	<b>203.075</b>

- I. Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 870 mil no primeiro semestre de 2022 (R\$ 592 mil no segundo semestre 2021), a título de participação dos empregados nos resultados.
- II. O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.
- III. Refere-se a rendimentos da centralização financeira a serem repassados para as cooperativas filiadas.
- IV. Refere-se ao Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica - SISOL criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 28 de maio de 2018 constituiu o Fundo com o objetivo desenvolver ações de sustentabilidade ambiental do Sicoob ES, que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia, quer seja para uso próprio do Sicoob Central ES ou de suas Filiadas.
- V. Refere-se ao Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob - FEFS criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 12 de dezembro de 2019 constituiu o Fundo com o objetivo de garantir a estabilidade financeira das mesmas, sendo que absorveu o saldo dos demais fundos existentes.

## 21. Instrumentos financeiros

O Sicoob Central ES opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, e não possuem exposição com instrumentos financeiros derivativos.

## 22. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas associadas. A seguir distribuição do capital:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Sicoob Sul-Litorâneo	14.152	11.231
Sicoob Sul	46.802	35.841
Sicoob Leste Capixaba	70.754	52.075
Sicoob Coopermais	28.105	20.716
Sicoob Norte	28.550	21.673
Sicoob Sul-Serrano	52.979	39.658
Sicoob Credirochas	17.512	12.559
<b>Total</b>	<b>258.854</b>	<b>193.753</b>

### (b) Reserva legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social.

### (c) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No primeiro semestre de 2022, o SICOOB CENTRAL ES realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de (R\$ 784), referente as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.



(d) **Sobras acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2022, as cooperativas filiadas deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para o aumento do capital social, no valor de R\$ 10.465 mil.

**23. Demonstração do Resultado de atos cooperativos e não cooperativos**

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Descrição	1º Sem/2022			1º Sem/2021		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	292.389	291.871	518	75.710	75.040	670
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(264.550)	(264.528)	(22)	(57.688)	(57.596)	(92)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(14.316)	(14.290)	(26)	(10.161)	(10.071)	(90)
Resultado Operacional	13.523	13.053	470	7.861	7.373	488
Outras Receitas	22	-	22	12	-	12
Outras Despesas	(1)	-	(1)	(47)	-	(47)
Outras Receitas e Despesas	21	-	21	(35)	-	(35)
<b>Resultado do Período</b>	<b>13.544</b>	<b>13.053</b>	<b>491</b>	<b>7.826</b>	<b>7.373</b>	<b>453</b>

**24. Operações de Crédito**

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de empréstimos	5.615	1.342
Rendas de repasses interfinanceiros	4.152	3.505
<b>Total</b>	<b>9.767</b>	<b>4.847</b>

**25. Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São reconhecidas as receitas de rendas dos recursos aplicadas no mercado considerando o regime de competências e taxas contratadas.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
CDI – Não ligadas	3	14
CDI – Ligadas	124.360	30.419
Letras Financeiras do Tesouro	961	-
<b>Total</b>	<b>125.324</b>	<b>30.433</b>

**26. Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr Financeiros**

É constituído pelas receitas de aplicações financeiras no país; títulos de renda fixa, predominantemente títulos públicos federais e títulos de renda variável.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Debêntures	1.949	420
Letras financeiras do tesouro	37.235	2.333
LFT - Vinculado a Garanta de Repasse	203	361
LF - Pós Fixada	22.999	4.341
LFT Centralização Recurso Municípios	6.714	1.518
Fundos de aplicação financeira	46.718	13.817
Rendimento de aluguel	-	644
Rendas Aplic. Fundos Investimentos - Imobiliário	764	-
Outros – Rendas Aplicações Fundo Investimento	21.555	194
(-) Prejuízos Com Títulos de Renda Fixa	(25.609)	(391)
<b>Total</b>	<b>112.528</b>	<b>23.237</b>



## 27. Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Crédito rotativo (Reversão Provisão)	338	423
Repasse interfinanceiros (Reversão Provisão)	467	121
Operações crédito liquidação duvidosa	(422)	(338)
Repasse interfinanceiros	(368)	(138)
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>68</b>

## 28. Ingressos e Receita de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	94	275
Rendas de Comissão	200	124
Outras Rendas de Serviços	150	241
<b>Total</b>	<b>444</b>	<b>640</b>

## 29. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de honorários	(1.382)	(1.226)
Despesas de pessoal - benefícios	(939)	(630)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(1.662)	(1.265)
Despesas de pessoal - proventos	(4.165)	(2.863)
Despesas de remuneração de estagiários	(171)	(72)
Despesas de pessoal - Outros	(26)	(24)
<b>Total</b>	<b>(8.345)</b>	<b>(6.080)</b>

## 30. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Água Energia e Gás	(88)	(90)
Despesas de Aluguéis	(17)	(13)
Despesas de Comunicações	(59)	(44)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(76)	(58)
Despesas de Material	(64)	(19)
Despesas de Processamento de Dados	(926)	(654)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(180)	(102)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.909)	(1.256)
Despesas de Publicações	(51)	-
Despesas de Seguros	(7)	(6)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(350)	(312)
Despesas de Serviços de Terceiros	(300)	(161)
Despesas de Serviços de Vigilância E Segurança	(42)	(36)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(376)	(241)
Despesas de Transporte	(26)	(4)
Despesas de Viagem No País	(50)	(1)
Despesas de Amortização	(63)	(59)

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Depreciação	(539)	(480)
Outras Despesas Administrativas	(151)	(117)
<b>Total</b>	<b>(5.274)</b>	<b>(3.653)</b>

### 31. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesa Tributarias	(19)	(17)
Despesa de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS	(22)	(32)
Despesa Contribuição ao Cofins	-	(52)
Despesa Contribuição ao PIS e PASEP	(42)	(36)
<b>Total</b>	<b>(83)</b>	<b>(137)</b>

### 32. Resultado de Participações em Coligadas e Controladas

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	8.703	6.157
<b>Total</b>	<b>8.703</b>	<b>6.157</b>

(a) O principal valor desta conta refere-se ao reconhecimento de ganho na equivalência patrimonial do investimento junto Banco Sicoob que totalizou R\$ 8.345mil.

### 33. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	240	351
Dividendos	2	2
Rateio de despesas da central entre filiadas (a)	8.941	9.097
Crédito receita Sipag - faturamento	12	-
Outras rendas operacionais	13	10
<b>Total</b>	<b>9.208</b>	<b>9.460</b>

(a) Rateio de despesas da central entre as Cooperativas filiadas conforme aprovado pela diretoria colegiada do Sicoob ES.

### 34. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Contribuição Fundos (a)	(9.309)	(1.440)
Desc. Conc. – Rep. Interf – Recursos Fonte Publica (b)	(838)	(199)
Outras despesas Operacionais	(53)	(39)
<b>Total</b>	<b>(10.200)</b>	<b>(1.678)</b>

(a) Este valor refere-se à atualização do Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob - FEFS.

(b) Descontos concedidos em operações de repasse liquidadas antecipadamente.

### 35. Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão para Passivos Contingentes	(1)	-
<b>Total</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

### 36. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de aluguéis	12	12
Outras Rendas Não Operacionais	10	-
Perda de Capital	(1)	(47)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>21</b>	<b>(35)</b>

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

### 37. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no primeiro semestre de 2022.

### 38. Partes relacionadas

#### (a) Cooperativas filiadas

O Sicoob Central ES foi criado com o objetivo da organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas nos termos da Lei n.º 5.764/71, artigo 8º e Resolução n.º 4.434/15 do CMN, capítulo I artigo 6º.

Demonstramos a seguir as operações com as cooperativas filiadas e com o Banco Sicoob, instituição financeira que o Sicoob Central ES tem participação:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
<b>Ativo</b>		
<b>Banco Sicoob</b>	<b>1.896.665</b>	<b>3.588.349</b>
Conta corrente	5.432	3
Depósitos Interfinanceiros	1.000.955	2.757.244
Cotas de Fundos de Renda Fixa	890.278	831.102
<b>Cooperativas Filiadas</b>	<b>224.366</b>	<b>244.595</b>
Repasses interfinanceiros	116.252	136.090
Operações de crédito	106.316	106.316
Valores a receber	1.798	2.189
<b>Passivo</b>		
<b>Cooperativas Filiadas</b>	<b>4.566.314</b>	<b>4.126.905</b>
Depósitos a prazo	169	160
Relações interfinanceiras – centralização financeira	4.518.395	4.097.137
Provisão Pagamento Administração Financeira	47.750	29.608
<b>Receita</b>		
<b>Banco Sicoob</b>	<b>172.042</b>	<b>44.250</b>
Rendas Aplicações em Depósitos interfinanceiros	125.324	30.433
Fundos Aplicações Financeiras	46.718	13.817
<b>Cooperativas Filiadas</b>	<b>18.708</b>	<b>13.944</b>
Rendas de empréstimos	5.615	1.342
Rendas de repasses interfinanceiros	4.152	3.505
Rateio de Despesas da Central entre Filiadas	8.941	9.097
<b>Despesa</b>		
<b>Cooperativas Filiadas</b>	<b>(223.899)</b>	<b>(51.635)</b>
Operações de Captação no Mercado	(9)	(13)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos	15	68
Dispêndio de Depósitos Intercooperativos	(223.905)	(51.690)

#### (b) Remuneração do pessoal chave da administração

Pessoal, chave da administração inclui os diretores e superintendente. Nas assembleias gerais realizadas anualmente, são estabelecidos os honorários e benefícios (previdência, vale alimentação e plano de saúde) a serem pagos:

Benefícios Monetários	30/06/2022	31/12/2021
Honorários	1.202	2.343
Salários/Remuneração	663	1.046
Benefícios	41	75

## **39 Gerenciamento de Risco**

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

### **39.1 Risco operacional**

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

### **39.2 Risco de Crédito**

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### 39.3 Risco de Mercado e Variação das taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico ( $\Delta E$ ): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira ( $\Delta \Pi$ ): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

### 39.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

### **39.5 Risco Socioambiental**

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

### **39.6 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

### **39.7 Gestão de Continuidade de Negócios**

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:



- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, incluindo pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

#### 40. Cobertura de seguros – Não auditados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes

#### 41. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites.

Basileia III	30/06/2022	30/06/2021
Patrimônio de Referência - Nível I (110)	239.209	177.443
<b>Patrimônio de Referência - PR (100)</b>	<b>239.209</b>	<b>177.443</b>
RWA para risco de crédito por abordagem padronizada - RWACPAD (700)	1.065.387	1.060.839
RWA para risco de mercado - RWAMPAD (770)	45.611	114.108
RWA para risco operacional - RWAOPAD (870)	56.462	49.916
<b>Ativos ponderados por risco (RWA) (900)</b>	<b>1.167.461</b>	<b>1.224.863</b>
<b>Patrimônio de referência exigido / mínimo para o RWA (910)</b>	<b>93.397</b>	<b>97.989</b>
<b>Valor total da RBAN (890)</b>	<b>14.048</b>	<b>1.425</b>
<b>Margem sobre o PR considerando a RBAN (953)</b>	<b>102.577</b>	<b>58.124</b>
<b>Índice da Basileia</b>	<b>18,38</b>	<b>14.31%</b>
<b>Margem de Imobilização (960)</b>	<b>99.624</b>	<b>70.154</b>

#### 42. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ e pela MAPFRE Previdência.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de **1% a 8%** do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

Os valores gastos referentes a benefícios de Previdência Privada efetuados pela Cooperativa totalizaram em 30/06/2022 R\$ 87 mil (30/06/2021 – R\$ 65 mil).

#### 43. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	1.022	1.022	1.004	1.004
Outros Fiscais	-	85	-	85
Outros	154	123	154	123
<b>TOTAL</b>	<b>1.176</b>	<b>1.230</b>	<b>1.158</b>	<b>1.212</b>

(a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

**Vitória - ES, 27 de julho de 2022.**

**Bento Venturim**

Diretor Presidente

CPF: 007.928.797-24

**Nailson Dalla Bernardina**

Diretor Executivo

CPF: 077.720.547-50

**Wanderson Vieira da Silveira**

Contador CRC/ES: 016.925/O-0

CPF: 099.673.817-79



# RELATÓRIO DE AUDITORIA

À Administração e às Associadas da

Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - SICOOB CENTRAL ES

Vitória - ES

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - SICOOB CENTRAL ES, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CENTRAL ES em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

**A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Belo Horizonte/MG, 05 de agosto de 2022.**



**Luciano Gomes dos Santos**

Contador CRC RS 059.628/O